

**AgInt nos EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 56.598 -
MG (2018/0026193-2)**

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES DE MINAS GERAIS IPSM**
ADVOGADOS : **PATRICIA GRAZIELLE NASTASITY MAIA - MG083028**
BERENICE DA SILVA MOREIRA BERNARDES - MG040726N
AGRAVADO : **ESTADO DE MINAS GERAIS**
INTERES. : **J A L**
INTERES. : **L G L**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. DESCONSTITUIÇÃO DE COISA JULGADA. NÃO CABIMENTO DE MANDADO DE SEGURANÇA. SÚM. N. 268/STF.

1. O recorrente foi condenado a inscrever pessoa em rol de dependente de servidor. Essa condenação está consolidada em sentença transitada em julgado. Ora, o mandado de segurança é cabível quando se observa algum direito líquido e certo do impetrante, o que certamente não ocorre nas análises de desconstituição de coisa julgada.
2. Nos termos da Súm. n. 268/STF, que: "Não cabe mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado."
3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator